



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

À CONCERTAÇÃO SOCIAL O QUE É DA CONCERTAÇÃO SOCIAL.

RECENTRAR A DISCUSSÃO DE POLÍTICAS.

A UGT saúda a recente decisão, tomada por uma maioria parlamentar (grupos parlamentares do PS, PSD e CDS-PP), no sentido de votar contra a discussão de um conjunto de diplomas, referentes a matérias laborais (trabalho suplementar e descansos compensatórios), por subscreverem o entendimento de que estas são matérias que, antes de mais e em primeira linha, devem ser objecto de discussão e desejáveis consensos em sede de concertação social.

Este é um princípio que a UGT desde sempre defendeu e o qual, no período mais recente, vem reiterando de forma insistente, por considerar que a concertação social é, e deve ser, a sede onde devem ser abordados os temas que respeitam, primariamente, aos representados pelas organizações nela presentes – os parceiros sociais e o Governo.

A discussão em torno de matérias centrais para o mercado de trabalho foi já iniciada na concertação social, tendo por base, entre outros, os elementos constantes do Livro Verde das Relações Laborais, a cuja actualização o Governo procedeu e apresentou, os quais contêm um conjunto de questões que permitirão aferir da posição dos parceiros sociais nos aspectos passíveis de alteração e impulsionar as discussões a realizar.

Após a apresentação de um primeiro documento de actualização referente ao combate à precariedade, foi apresentado e discutido na última reunião de CPCS, realizada a 9 de Fevereiro de 2018, um novo documento sobre um tema central para a UGT e para os trabalhadores: **a evolução da negociação colectiva.**

A UGT reiterou nessa reunião as suas principais prioridades reivindicativas, em linha com o aprovado no XIII Congresso e na Política Reivindicativa 2017-2018.

O alargamento das matérias que devem constituir mínimos para a negociação colectiva, por via da **revisão do princípio do tratamento mais favorável, a imposição de condições em que a caducidade de convenções colectivas se pode verificar e os efeitos dessa mesma caducidade** são centrais para a UGT.

Sabemos que a caducidade não tem sido um factor de bloqueio à negociação colectiva ou de criação, como muitos afirmam, de muitos vazios negociais. No entanto, uma caducidade que se verifica pelo mero decurso do tempo e pela mera vontade da parte empregadora, não deixa de constituir um inaceitável factor de pressão sobre os sindicatos, condicionando os resultados que vêm sendo obtidos, de que a estagnação das tabelas salariais é apenas o exemplo mais visível.

O combate à precariedade e a dinamização da negociação colectiva são matérias nucleares para a UGT e para a concertação social e, no que concerne à negociação colectiva, não deixaremos esquecer que o compromisso de não denúncia de convenções, assumido no acordo tripartido de Janeiro de 2017, termina a 30 de Junho deste ano, o que impõe que se produzam resultados concretos até essa data.

A UGT não aceitará que as discussões em torno das relações de trabalho continuem a passar, como muitos pretendem - incluindo as instituições europeias -, por mais desregulação, mais austeridade e por um nivelamento por baixo dos direitos dos trabalhadores.

A UGT saúda o Governo português, na pessoa do Primeiro-Ministro, por ter já deixado claro que essa também não é a via que preconiza.

A UGT DEFENDE MAIS E MELHOR EUROPA – COESÃO E CONVERGÊNCIA

Sempre acreditámos, e continuamos a acreditar, que o projecto europeu é algo que nos une e que é um projecto de progresso social e de solidariedade. A Europa terá de fazer escolhas e o caminho deverá ser o da construção de um espaço onde a dimensão social deve assumir um real protagonismo, em que a convergência e a coesão social e territorial sejam uma realidade e em que os cidadãos se revejam. Tal caminho deverá passar por um futuro Quadro Financeiro Plurianual que espelhe essas prioridades.

Devemos lutar por uma Europa diferente e verdadeiramente social e rejeitamos visões que tentam fazer crer que o isolamento é a solução e que terá de ser feita uma escolha entre Portugal e a União Europeia.

Esta é a posição que defenderemos em todas as sedes e, nomeadamente, em sede de concertação social, por entendermos que esta é uma discussão central para Portugal e para a Europa, daí a necessidade do seu aprofundamento com os parceiros sociais e o Governo.

QUALIFICAÇÕES DOS TRABALHADORES – UM DESAFIO QUE IMPORTA VENCER

Os trabalhos imediatos da concertação social impõem igualmente que se iniciem discussões noutras áreas estruturantes, como sejam a qualificação dos trabalhadores, as políticas activas de emprego, ou o papel dos Centros de Formação Protocolares, e dar continuidade a discussões já iniciadas, como o regime de reformas antecipadas.

A UGT não deixará de continuar a reclamar a centralidade da concertação social, da qual tem sido, sempre e coerentemente, grande defensora.

O passado provou a capacidade da concertação social em obter importantes compromissos para os trabalhadores, para os empregadores e para o País, incluindo em momentos difíceis, garantindo não apenas soluções mais adequadas, mas também equilibradas, como a construção de um sempre importante clima de paz e coesão sociais.

O capital e o trabalho não têm de ser necessariamente inimigos entre si. Os seus intérpretes antes devem procurar concertar posições que permitam uma convivência saudável, onde as divergências sejam catalizadas na busca de soluções de compromisso, pela via do diálogo social.

Esse deve ser o caminho do futuro, porque aqui radica o princípio do tripartismo, argumento essencial à existência da OIT e ao espírito da negociação e da concertação de posições negociadas com moderação que sirvam o País, em vez de servirem meros interesses ideológicos, partidários, pessoais ou de circunstância.

À concertação social o que é da concertação social!

UGT EM OLIVEIRA DO HOSPITAL. UGT NÃO ESQUECE!

A UGT, seguindo o mote “**UGT NÃO ESQUECE**”, agendou, no quadro das comemorações do seu 40º Aniversário, um conjunto de iniciativas e reuniões descentralizadas dos seus Órgãos, um pouco por todo o País, nomeadamente nas regiões afectadas pelos graves incêndios de 2017.

Estamos hoje em Oliveira do Hospital, chamando a atenção não apenas para os problemas ainda subsistentes – apesar do muito que vem sendo feito e até da recente iniciativa da Comissão Europeia de reforçar os apoios a Portugal –, resultantes dos incêndios de Junho e Outubro de 2017, mas igualmente para promover o debate, a sensibilização e a acção face às desigualdades e assimetrias territoriais no nosso País, que muito afectam os territórios de baixa densidade. E neste particular, importa lembrar que este concelho continua a sofrer uma grave discriminação nas acessibilidades, pela incapacidade até agora demonstrada por sucessivos governos na conclusão do IC6 e na ligação de Oliveira do Hospital à A25, factores fundamentais na captação do necessário investimento, de riqueza e de criação de postos de trabalho e fixação de pessoas e famílias nestes territórios.

A UGT tem procurado influenciar, incluindo em sede de concertação social, a construção de políticas e soluções no quadro da resposta imediata às populações e de resolução dos défices estruturais existentes, que exigem respostas integradas em matérias de emprego, fiscalidade, ordenamento do território, ou revalorização dos serviços públicos, como tem adoptado uma estratégia de grande proximidade com esses territórios do interior do País, que importa valorizar e redinamizar economicamente.

A presença, hoje, em Oliveira do Hospital, é mais um importante momento em que a UGT deixa clara a prioridade dada a estes temas e a aposta que fazemos na aproximação às pessoas e aos seus reais problemas, envolvendo e chamando para este desafio o poder político e as organizações da sociedade civil, de forma particular os Municípios, empresas e serviços públicos.

Devemos salientar aqui o acolhimento extremamente positivo que estas iniciativas têm tido por parte dos responsáveis locais, dos trabalhadores e da população dos territórios por que temos passado.

Em Oliveira do Hospital tal não foi excepção, tal como em Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande sucedeu.

Este acolhimento apenas reforça a determinação da UGT em prosseguir este trabalho de proximidade e de alerta para a centralidade, para a necessidade e para a urgência da construção de um País - territorial e socialmente - mais coeso e mais justo.

Poderão estar certos de que a UGT continuará a estar na primeira linha desta luta:

PORQUE O INTERIOR NÃO PODE FICAR ESQUECIDO!

E porque sindicalismo é, acima de tudo, SOLIDARIEDADE!

O GOVERNO NÃO PODE RECUSAR O DIÁLOGO

A UGT e os seus sindicatos da Administração Pública, em particular o sector da Educação, reclamam da necessária urgência de o governo responder aos insistentes pedidos de reunião. É lamentável a que a ausência de resposta seja a atitude normal de alguns ministérios. A UGT irá reclamar, nesta mesma data, com carácter de urgência uma audiência ao Primeiro-ministro para lhe expor de viva voz os problemas existentes neste sector.

Aprovado por unanimidade

O Secretariado Nacional

Oliveira do Hospital, 21 de Fevereiro de 2018